

Análise crítica do uso e ocupação do solo da região noroeste de Campinas/SP

Mayra Abboudi Brasco

✉ mayrabrasco@gmail.com

Resumo

A urbanização marcadamente periférica da região Noroeste de Campinas, com infraestrutura urbana precária e degradação ambiental, passa, desde o início do século XXI, por transformação espacial intensa. No entanto, para entender os rearranjos espaciais provocados atualmente, faz-se necessário compreender criticamente o uso e ocupação do solo e a sua evolução no decorrer do tempo. Para interpretar as transformações espaciais, foram consultados documentos e leis da Prefeitura Municipal de Campinas, trabalhos anteriormente publicados e também foram realizados trabalhos de campo e consultas de dados na Secretaria de Planejamento e Urbanismo de Campinas. Como forma de análise, utiliza-se o método do materialismo histórico-dialético nos estudos de produção do espaço urbano, como forma de entender a particularidade da região dentro da totalidade do processo de urbanização.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: periferia de Campinas/SP; uso e ocupação do solo; agentes de produção do espaço urbano; Distrito do Campo Grande, Campinas/SP; região noroeste de Campinas/SP.

Introdução

Analisar criticamente a evolução do uso e ocupação do solo é imprescindível para compreender o presente e entender as metamorfoses do espaço. Infelizmente, a região Noroeste de Campinas, que contém o distrito do Campo Grande, carece de estudos sobre sua dinâmica espacial. Mas, chama-se a atenção para o fato de que a região é permeada por um histórico de lutas da população por condições dignas de vida, dentro de um contexto de especulação imobiliária, degradação ambiental e, até mesmo, atividades extrativistas de areia às margens do Rio Capivari. Um contexto rico para futuras pesquisas.

Este artigo propõe um levantamento histórico-crítico do uso e ocupação do solo urbano, contextualizando com a história do município de Campinas, com políticas de planejamento urbano e as dinâmicas atuais de produção do espaço urbano. No entanto, não será possível abordar todos os agentes envolvidos ou observar todos os detalhes e condicionantes deste espaço geográfico recortado. Um dos motivos é o fato de que, além de existir poucos estudos, há poucos dados — as principais fontes são leis e documentos oficiais recentemente escritos.

O recorte temporal feito contempla o período compreendido entre 1930 e 2018; devido ao fato de que os registros sobre a área comecem no início do século passado e, em 2018, com a aprovação da Lei do Plano Diretor Estratégico de Campinas, houve novos estudos e diagnósticos sobre a área e novas diretrizes de planejamento e zoneamento. Além disso, há o enfoque de dois agentes de produção do espaço urbano: o setor imobiliário e o poder público municipal.

A articulação de tais agentes são condicionantes importantes do processo de urbanização e, em Campinas, eles adquirem características particulares. Estes dois agentes fazem do urbano o seu negócio, produzindo a cidade somente para si, seja no centro, nas regiões ricas ou nas periferias, como será demonstrado mais adiante. Há um constante diálogo entre o poder público municipal e o setor imobiliário, que engloba proprietários de terras, construtoras, incorporadoras e empresas de consultoria. Um exemplo é o fato de o Secretário de Planejamento e Urbanismo de Campinas, na época da aprovação da lei do Plano Diretor de 2018, Carlos Augusto Santoro, ser proprietário da C.S. Engenharia Ltda.

A metodologia de coleta de dados consistiu na leitura da bibliografia indicada ao longo do texto, trabalhos de campo entre 2017 e 2020¹, consultas a documentos oficiais e leis, coletas de dados secundários na Secretaria de

1 Este artigo é resultado de pesquisas desenvolvidas durante a graduação e que, agora no mestrado, têm análises mais maduras.

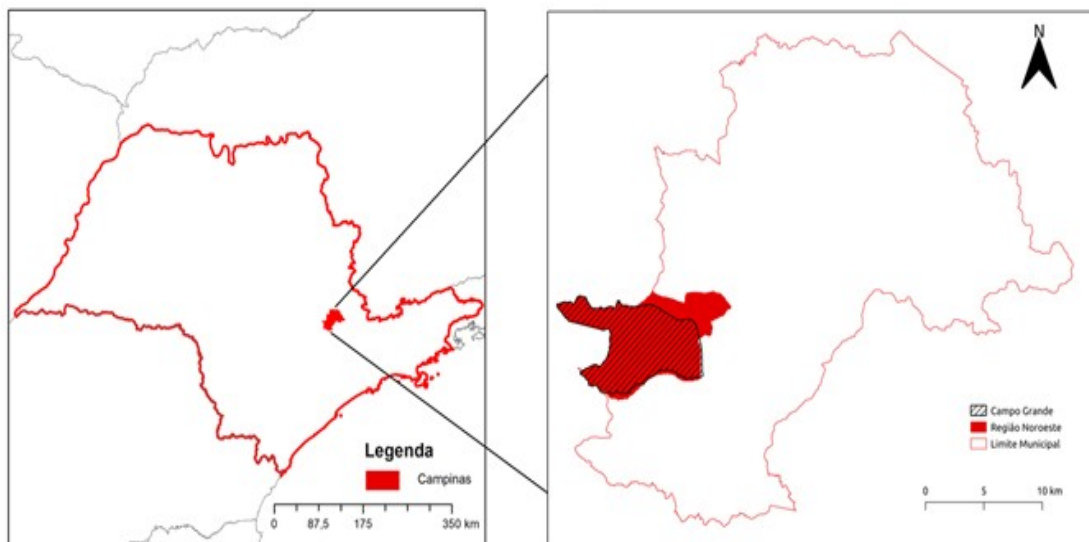
Planejamento e Urbanismo e no Arquivo Municipal. Para análise, é utilizado o método do materialismo dialético dentro da Geografia: a região foi estudada sob a perspectiva de compreendê-la enquanto uma particularidade, com o intuito de, partindo dela, abarcar a totalidade das relações sociais concretas de produção do espaço urbano no período (RODRIGUES, 1998; MARX, 1859).

Inicialmente, será caracterizada a região dentro da dinâmica municipal, a fim de descrever a dicotomia centro-periferia no intraurbano de Campinas. A partir da sua caracterização enquanto periferia, inicia-se a análise crítica da evolução do uso e ocupação do solo na região. E, ao final, os novos eventos que estão metamorfoseando a região intensamente.

O objeto de estudo e sua regionalização em Campinas

A região Noroeste de Campinas (Mapa 1) é uma das regiões periféricas mais carentes da cidade e é onde está localizado o novo distrito do Campo Grande, sendo moradia de cerca de 145 mil habitantes em uma área de 65,64 km², de acordo com a Prefeitura de Campinas (2020). Seus diferenciais são, de acordo com a Prefeitura, a passagem das Rodovias Anhanguera e Bandeirantes, além do Corredor Metropolitano Noroeste, em que se concentram 70% dos usuários de transporte público, atendendo, além de Campinas, Hortolândia, Sumaré e Monte Mor.

Mapa 1. A localização da região Noroeste e o distrito do Campo Grande



Fonte: IBGE, 2019; Prefeitura Municipal de Campinas, 2019. Elaborado pela autora.²

2 Os mapas deste artigo foram feitos com o software Quantum GIS, utilizando o sistema de projeção SIRGAS2000 e somente com informações oficiais da Prefeitura de Campinas e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O distrito do Campo Grande é delimitado pela Rodovia dos Bandeirantes e pelo Rio Capivari. Foi criado a partir de um plebiscito no ano de 2014, junto com o distrito do Ouro Verde que, por sua vez, está delimitado na região Sudoeste, localizada ao lado da Noroeste. Os dois distritos são locais de residência de 40% da população do município (PACÍFICO, 2015).

A denominação região periférica é feita de acordo com a dinâmica espacial intraurbana. Helene (2012) define que há uma divisão entre a região rica e a pobre em Campinas: “antes” e “depois” da Avenida Anhanguera – a “Campinas de cá e a de lá”. O “depois da Avenida Anhanguera” é composta pelas regiões Noroeste, Sudoeste e parte da região Sul, que contém o Parque Oziel (uma das maiores ocupações de terra urbana no país), o Aeroporto de Viracopos, o Distrito Industrial e, também, o objeto de estudo da arquiteta: o Jardim Itatinga, o maior bairro de prostituição da América Latina.

Concordando com esta divisão, Cunha e Jiménez (2006), identificaram que há uma “cordilheira de riqueza” e uma “cordilheira da pobreza” que divide a Região Metropolitana de Campinas (RMC) e, em especial, a sua cidade sede. Ao analisar a heterogeneidade espacial da Região Metropolitana, os autores evidenciaram essa divisão através da espacialização de indicadores, como a escolaridade dos(as) chefes de domicílios, resultados de rendimento escolar de crianças e adolescentes e características de vizinhança, como o acesso a equipamentos públicos, acesso à lazer e número de escolas.

Há uma delimitação de “cordilheira da pobreza” em Campinas, com o limite da Rodovia Anhanguera, separando as regiões Sudoeste e Noroeste³ e, demarcando também a “cordilheira da riqueza”, que corresponde às porções Norte e Leste, ou seja, os distritos de Barão Geraldo, Sousas, Joaquim Egídio e a região central. Não à toa, nestas últimas estão concentradas centros de tecnologia e pesquisa, como a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPQD), a Empresa Nacional de Desenvolvimento (Embrapa), o Instituto Agrônomo de Campinas e outros (CUNHA; JIMÉNEZ, 2006).

Esse espaço desigualmente produzido evidencia que o urbano é um grande negócio, no qual, as cidades são mercadorias. Santos (2009 [1978]) conceitua a metrópole corporativa fragmentada como sendo o planejamento da metrópole para e pela classe dominante. Esta, que é proprietária dos meios de produção, tem seus

3 Essa delimitação é perceptível nos dados apresentados no Plano Local de Gestão da Macrozona 5 (CAMPINAS, 2007), macrozona que corresponde à região do Campo Grande e do Ouro Verde. Nos dados são evidenciados o aumento da população favelada (oscilando entre 5 e 35% da população local), o alto índice de pessoas analfabetas (oscilando entre 10 e 15% da população local).

interesses atendidos pelo Estado, direcionando o planejamento das cidades e das metrópoles para sua própria reprodução, como uma mercadoria. O que é perceptível nesse tipo de planejamento é que o Estado utiliza seus recursos para incentivar e investir em atividades econômicas hegemônicas ao invés de atender aos interesses de toda a população, cujo resultado é ter grande parte da população vivendo em moradias precárias, sem infraestrutura urbana e direito à cidade.

Dentro desta lógica, uma das consequências são os intensos processos de periferização em meio aos investimentos realizados em infraestrutura e empreendimentos de grande porte. Tais aplicações provocam valorização do espaço e, quando nele reside população de baixa renda, esta se vê sendo expulsa, imediatamente forçada ou gradativamente, pela elevação do preço da terra e de outros meios de existência e serviços essenciais (SANTOS, 2009 [1978]).

Santos (2002), partindo do estudo de caso do bairro Proença, em Campinas, mostrou que a urbanização da cidade sempre foi orientada por uma perspectiva rentista da terra. O autor analisa como a atuação da família que ele estudou, os Proença, condicionou a abertura de ruas, iluminação e até o início do sistema de abastecimento de água no entorno de sua propriedade, aumentando drasticamente a renda da terra (SANTOS, 2002).

Portanto, o processo de urbanização se dá desigualmente nas cidades brasileiras (CARLOS, 1994; 2004), adquirindo características particulares naquelas que recebem muitos investimentos ou estão em estágios de metropolização. Em Campinas, com a ideologia do progresso⁴, os programas de desenvolvimento praticados pelo Estado têm seu enfoque em políticas de crescimento econômico para as grandes empresas (SANTOS, 2009 [1978]) em detrimento das necessidades da população, carente de políticas públicas de habitação, saneamento básico, emprego e direito à cidade (LEFEBVRE, 2008 [1968]).

Essa urbanização é constitutiva de Campinas. Cano e Brandão (2002), ao escreverem sobre a Região Metropolitana de Campinas, fazem uma periodização da periferização no seu município sede. As ondas mais intensas se deram justamente quando programas de investimentos adentraram no território municipal e expulsaram a população por meios diretos e indiretos. Os autores destacam três momentos principais:

- O primeiro, em decorrência de um projeto de modernização da cidade, iniciado na década de 1930, tinha como fim os interesses do setor

4 Atualmente vê-se com mais destaque a ideologia do empreendedorismo: cidades governadas por bons “administradores”, políticas de isenção fiscal e atração de investimentos, o repasse da dinâmica urbana para o setor privado.

imobiliário e atração de capitais para novas empresas - além da expulsão da população do centro. Como parte do processo contraditório, o período foi marcado pelo surgimento das primeiras favelas a partir de 1960;

- O segundo se deu a partir da década de 1970, com a atração de novas empresas e a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – beneficiando o município com a construção das rodovias D. Pedro I, Bandeirantes e Santos Dumont, aumentando os fluxos financeiros e populacionais para a região;
- E o terceiro momento é marcado pela abertura econômica do Brasil, nos anos 1990. O neoliberalismo como forma de organização econômica e política e, sendo notadamente condutor da produção do espaço, gerou grandes ocupações de terras urbanas na periferia ao mesmo tempo em que foi implementado o II Polo Tecnológico e a ampliação do aeroporto de Viracopos.

Apesar de não concretizada, a consolidação da Macrometrópole Paulista está em curso, que pode vir a ser uma cidade-região. Ela abarcará as regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas, Sorocaba e Baixada Santista. Tavares (2016) estudou as políticas de planejamento pelos eixos de infraestrutura nos Planos Plurianuais Nacionais entre 2005 e 2015 e o Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (2013-2040); eram proposições de integração e desenvolvimento do território por eixos viários e vetores de desenvolvimento, com recursos públicos e privados, visando integração do território, maior escoamento de produção e, conseqüentemente, a atração de mais investimentos. Porém, é um projeto difícil de avaliar agora, pois há uma interrupção nas políticas de integração nacional e regional.

No entanto, deve-se atentar às conseqüências de uma cidade-região. Lencioni (2017), descreve que ocorre o encontro destas Regiões Metropolitanas, o que acarreta no processo acentuado de urbanização, no caso, a metropolização, que renova suas áreas urbanas e estende o território até incorporar outras cidades, constituindo um aglomerado metropolitano enorme e conurbado. Além disso, destaca as redefinições de fluxos de capitais, que se constituem com maior complexidade e densidade, as alterações nas centralidades e reestruturação urbana e produtiva.

E, com a criação do novo Polo de Alta Tecnologia de Campinas (CIATEC II) na Unicamp, em 2018, não por coincidência, a cidade recebeu, em 2019, o título de “cidade mais inteligente e conectada do país” (G1 CAMPINAS E REGIÃO, 2019); são “títulos” como este que destacam o município para a atração de novos

investimentos. Mas são inverossímeis com relação ao território como um todo e as condições de vida da população, uma vez que apenas uma parte da cidade pode ser considerada “inteligente e conectada”, já que a “Campinas de lá” ainda possui deficiências estruturais básicas.

Desta forma, cabem algumas perguntas: a quem servem estes índices, títulos e investimentos? Em Campinas, quem tem o direito de ser conectado, possuir bem-estar urbano e ter moradia adequada? O que é observado, nos índices e títulos em geral, é a “invisibilidade” da periferia, pois ela não atrai capital. Portanto, são competições comparativas entre cidades metropolitanas e que não consideram o intraurbano e as desigualdades sociais.

É um processo de invisibilidade planejada, que Mestre (2009) caracterizou ao analisar o Jardim Campo Belo. O bairro é uma ocupação próxima ao Aeroporto de Viracopos que ainda sofre com o descaso do poder público⁵, inclusive nos projetos e planejamento do Aeroporto de Viracopos e nas audiências de revisão do Plano Diretor. No entanto, essa característica de invisibilidade planejada é uma constante na periferia de Campinas como um todo, uma vez que ela nem sequer era alvo de políticas de planejamento urbano até o Plano Diretor de Campinas de 1996⁶. Entretanto, a periferia em Campinas é uma grande parcela da cidade na qual reside a maioria da população, tal fração tendo sido ocupada desde o início do século XX por processos de loteamento regulares e irregulares.

Análise crítica histórica do uso e ocupação do solo

A região Noroeste, o distrito do Campo Grande e análise intraurbana

O processo de urbanização e periferização são condicionados pela propriedade privada da terra, que é de importância fundamental para a produção da dinâmica urbana. Essa condição é significativa para analisar o uso e ocupação do solo de um determinado recorte.

Martins (2011) fez um levantamento histórico sobre a Fazenda Roseira, cuja casa-grande atualmente é a Casa de Cultura Fazenda Roseira. O texto mostra que, até o Plano Diretor de Campinas de 2006, a região Noroeste (Campo Grande) e

5 A invisibilidade ocorre neste momento devido ao fato do poder público desconsiderar, também, suas demandas pontuais como, por exemplo, o coletivo de ciclistas "Pé na Estrada Bike Clube", que precisou entrar com uma Ação Civil Pública para que o corredor de ônibus BRT (Bus Rapid Transport), na avenida John Boyd Dunlop, tivesse também um modal cicloviário, previsto em lei e que é objeto de reivindicação do coletivo há muitos anos.

6 Até o Plano Diretor de Campinas de 1996 a periferia ainda era considerada zona rural, pois estava fora do perímetro urbano. No entanto, a periferia de Campinas já era urbanizada.

Sudoeste (Ouro Verde) eram uma só, denominada Sudoeste. Em alguns momentos, as suas histórias confluem. A seguir, será explicitada a região Noroeste, dentro da análise intraurbana.

Em oposição à região rica do município, nunca houve um desenvolvimento intenso do café na periferia. A presença de solo arenoso, de baixa fertilidade natural e alta susceptibilidade à erosão, não permitiu que Campo Grande participasse ativamente da produção agrícola para exportação. Existem poucas casas-grandes na região, característica de um curto ciclo cafeeiro local, sendo substituído por áreas de pastagem e, posteriormente, áreas de reflorestamento com eucaliptos e pinus (MARTINS, 2011; PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2000).

No início do século passado, a porção Sudoeste de Campinas presenciou diversas oscilações de suas atividades econômicas. Entre os anos de 1920 e 1930, havia uma predominância de extração mineral no Vale do Rio Capivari, enquanto a produção agrícola no Campo Grande era decadente; a população vivia muito dispersa. Entre 1930 e 1940, ocorreu crescimento da construção civil, com ampliação da indústria cerâmica, sendo instaladas vilas e bairros operários. E, na década seguinte, a região de Campo Grande participa em pequena escala da produção hortifrutigranjeira. Mas, apesar de todas essas iniciativas e atividades econômicas em crescimento, elas são inexpressivas e a área permanece periférica, com infraestrutura precária, até mesmo para escoamento de produção (MARTINS, 2011).

No processo de urbanização do Campo Grande existe um marco importante: a venda de parte da Fazenda Roseira. A partir disto, seu parcelamento urbano e delimitação de ruas começam gradativamente a transformação dessa região rural para o urbano. E, neste momento, começou a abertura e consolidação da Estrada de Campo Grande, trilho do bonde ligando Campinas a Monte Mor e linhas e torres de eletrificação (PREFEITURA DE CAMPINAS, 2017).

Após a inauguração da Via Anhanguera, em 1948, a urbanização se expandiu de forma diferenciada, devido, em grande parte, à rodovia que cortou o município na época (HELENE, 2012). A porção Sudoeste da cidade se tornou uma região de passagem, pois as estradas Amoreiras, Roseira e Campo Grande, atual avenida John Boyd Dunlop, eram vias que ligavam a outras cidades importantes, como Itu e Sorocaba (MARTINS, 2011).

Nesta época, também começaram a surgir empreendimentos imobiliários na periferia e, principalmente ao longo de vias como a Estrada de Viracopos (atual Rodovia Santos Dumont) e empreendimentos industriais próximos à estrada do

Campo Grande. A fábrica de pneus Dunlop, atual Pirelli, por exemplo, se instalou entre o Rio Capivari e o Córrego Piçarrão (MARTINS, 2011).

Dentro deste contexto de intensa expansão urbana, Badaró (1996), explicita que o poder público somente fez o controle dos padrões urbanos e de ocupação até 1946. Depois, as transformações urbanas aumentaram, justamente com a implementação de grandes indústrias, o que ocasionou, também, maiores taxas de crescimento populacional (BADARÓ, 1996), ao ponto de que, nos primeiros anos da década de 1950, a cidade já estava com 75% de sua área loteada. Boa parte destes novos lotes não foram para suprir a demanda por moradia, mas sim para a especulação imobiliária, como é o caso do Cidade Satélite Íris (CAMPINAS, 2000; COPOLA, 2016).

A urbanização foi sendo constituída de forma dispersa, com vários vazios urbanos entre empreendimentos do setor imobiliário. E só houve controle de aprovação de novos loteamentos com a Lei 1.993/59, que ainda vigora. No entanto, a lei não foi utilizada de forma a controlar a expansão desenfreada, esta foi incessante até a década de 1980, período em que houve uma leve baixa e que depois retornou com intensidade nos anos 1990 (CAMPINAS, 2000).

A intensificação da expansão urbana no contexto dos anos 1950 e 1960 condiz com o fenômeno descrito por Ferrari (2012), de que a industrialização era um fenômeno indutor da urbanização. Nesta época, a instalação da fábrica de Chapéus Cury e Dunlop geraram ocupações urbanas e novos bairros em seu entorno (COPOLA, 2016). Mas, além das indústrias, é necessário que haja uma via para o deslocamento dos trabalhadores, matérias-primas e produtos. A abertura da Avenida John Boyd Dunlop (1956), além de proporcionar uma via de acesso independente para a região do Campo Grande, fez com os primeiros loteamentos surgissem: Jardim Cidade Satélite Íris (3.966 lotes), Jardim São Judas Tadeu (972 lotes), Jardim Santa Rosa (989 lotes) e Jardim Sul América (477 lotes) (CAMPINAS, 2000; MARTINS, 2011).

Sobre esse processo inicial de ocupação, o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do loteamento Bela Aliança Bairro & Parque descreve que os primeiros lotes do bairro Cidade Satélite Íris foram postos à venda e eram atrativos, pois eram próximos a campos e áreas ainda não ocupadas, portanto, um produto imobiliário próximo ao verde⁷.

7 Relatório de Impacto Ambiental escrito pela empresa Arborea Ambiental, em 2010, para requerer as licenças ambientais para o loteamento Bela Aliança Bairro & Parque, que foi aprovado em 2019. Este novo produto imobiliário será abordado adiante.

Na década de 1970, a expansão periférica voltou a acontecer com mais intensidade (CAMPINAS, 2000). Nesse período, houve uma aceleração do processo de urbanização como nunca fora visto, em decorrência da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1964 e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em 1966. O objetivo do BNH era produzir moradia aos trabalhadores e investir na modernização do urbano, que seria financiado pelo FGTS. Este, até 1982 foi administrado pelo Sistema Financeiro Habitacional (SFH) do BNH e depois passou a ser pela Caixa Econômica Federal (RODRIGUES, 2007).

A criação do BNH, SFH e FGTS possibilitaram a construção de conjuntos habitacionais populares que, em sua maioria, localizavam-se fora dos perímetros urbanos e sem infraestrutura. O BNH, com os fundos do FGTS, contratava empresas construtoras e comprava propriedades para a implementação de conjuntos habitacionais e loteamentos populares, que poderiam ser comprados com maior facilidade pela população. Para a sua compra, a pessoa poderia retirar parte ou todo o seu FGTS e utilizá-lo no financiamento (RODRIGUES, 2007). Estes loteamentos e conjuntos populares estão, em sua maioria, localizados nas regiões Noroeste e Sudoeste (CAMPINAS, 2017).

Após esta extensão da malha urbana, começam novos investimentos, como a nova linha férrea da FEPASA, atual Ferrobán – Paulínia/Sorocaba (1973), Campus II da PUC Campinas, que possui dentro do campus o Hospital Celso Pierro (1976), a abertura da Rodovia dos Bandeirantes (1978), Conjunto Habitacional COHAB Parque Itajaí I (1985), COHAB Parque Itajaí II (1989), Loteamento Parque da Floresta (1990), Aterro Sanitário do Parque Santa Bárbara (1987) (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2000; MARTINS, 2011).

No entanto, o que predominou no histórico de uso e ocupação do Campo Grande foi uma política de atuação do poder público de forma a permanecer a periférica. A ocupação efetiva, larga e esparsa por novos empreendimentos ocorreu ao mesmo tempo em que a Prefeitura destina uma área institucional, ao lado da fábrica da Pirelli, para ser o principal depósito de lixo doméstico, hospitalar e industrial (classes I, II e III de resíduos), ou seja, sem tratamento algum e a céu aberto – o chamado “Lixão da Pirelli”. Houve, também, a ocupação de favelas em seu entorno pelas pessoas que sobreviviam da coleta destes resíduos. O lixão operou entre 1972 e 1984, mas, mesmo após sua desativação, ainda é uma área de risco, pois ainda há contaminação do solo, águas superficiais e subsuperficiais, ou seja, rios e lençóis freáticos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2000; 2007). “Lixão” que é lindeiro ao Cidade Satélite Íris. Sendo assim, o produto imobiliário construído próximo ao verde, passa a ser ao lado de um passivo ambiental.

Nos anos 1990, ocorrem novas intervenções pelo poder público e privado: Terminal de Ônibus do Campo Grande (1991); loteamento Parque Floresta (1990); reforços de alimentação e reservatório da SANASA (1992); Parque Itajaí III e IV (1993 a 1994); Conjuntos Habitacionais do programa Minha Casa/COHAB – Cosmos I e II (1994) e Campos Verdes (1995); Terminal Itajaí e duplicação da Avenida John Boyd Dunlop entre 1994 e 1996; aterro sanitário do Complexo Delta (1995); análise e novos estudos na área do “Lixão da Pirelli” – porém, ainda não remediada; prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes nos anos 2000 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2000; 2007; MARTINS, 2011).

Somente nos anos 2000, o poder público começa a diagnosticar e planejar a região, publicando documentos oficiais com análises do seu território. Utilizando o Censo Demográfico, a Prefeitura mostra que a população era, em 2000, de 196.381 pessoas, dentre as quais, 45.451 viviam em condições de sub-habitação: número que corresponde a 35,61% da população vivendo nessas condições na cidade. Naquela época, eram conhecidas dez favelas e dezoito ocupações⁸ (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2000; 2007).

A duplicação da Avenida John Boyd Dunlop e o seu asfaltamento são frutos de reivindicação da população da região. Apesar de os documentos oficiais destacarem estas obras como sendo realizadas pelo poder público, não é descrito o histórico de lutas da população por melhores condições de vida. Além destas, destacamos que há reivindicações de linhas de ônibus, iluminação pública, saneamento básico, escolas, creches, postos de saúde, entre outros equipamentos públicos⁹.

Os agentes de produção do espaço anteriores, os movimentos de ocupação, de autoconstrução e associações de bairros são confrontados pelos agentes do setor imobiliário e do poder público que implementam, ao longo dos vazios urbanos, na avenida John Boyd Dunlop—uma urbanização voltada para a classe média, que

8 O Plano Local de Gestão do Campo Grande mostra que para a Prefeitura existe uma diferença entre ocupação e favela, que, no caso, é uma diferença temporal: “os assentamentos populares ocorridos espontaneamente até 1990 são considerados favelas, e portanto passíveis de avaliação técnica quanto às possibilidades de regularização jurídica. Os demais assentamentos populares espontâneos ou organizados ocorridos pós-1990 são considerados ocupações, com restrição a processos de regularização jurídico-fundiária.” (CAMPINAS, 2000, p. 40).

9 É possível ver o histórico de lutas através do documentário “Memórias do Campo Grande – uma história de lutas e religiosidade na região às margens da John Boyd Dunlop”. Além do documentário, existe o livro com mesmo nome, com organização de Ivete Cardoso do Carmo Roldão. O documentário mostra a história de reivindicações por asfalto, ônibus, duplicação da avenida John Boyd Dunlop e iluminação pública.

começa a se mudar para o local que era originalmente daqueles que não conseguiam se instalar no centro da cidade.

Essa sobreposição foi percebida no último trabalho de campo, realizado em fevereiro de 2020. Na Figura 1, há o logradouro de uma casa demolida para a construção do corredor de ônibus BRT. A figura mostra uma antiga residência, construída por autoconstrução, que está entre os bairros Jardim Florence e o Jardim Nova Esperança.

Figura 1. Logradouro de antiga moradia na Avenida John Boyd Dunlop



Fonte: Brasco, 2020.

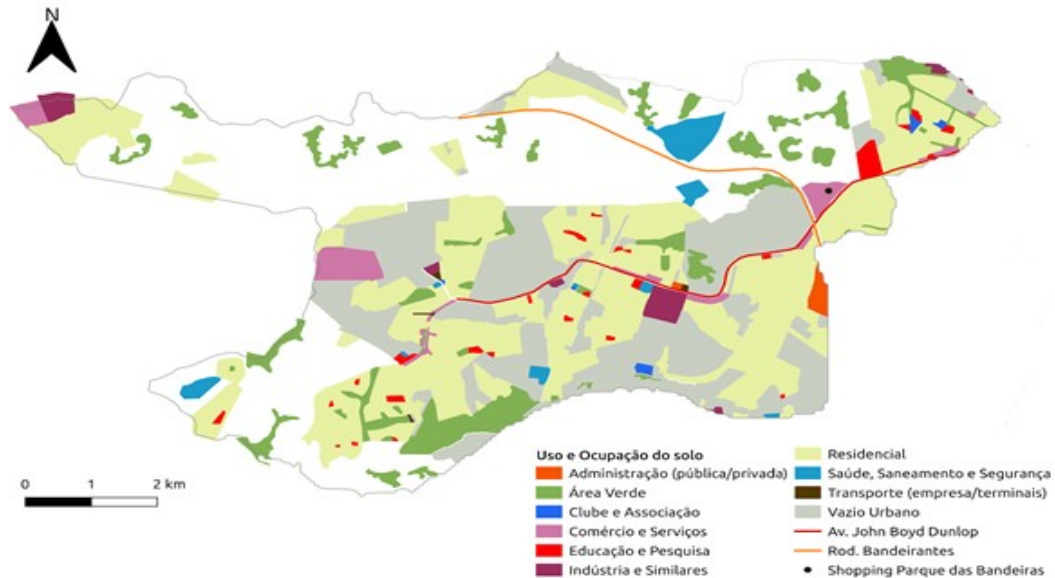
Portanto, é importante compreender criticamente a metamorfose do espaço atual e a hegemonia na produção do mesmo pelos agentes do poder público e do setor imobiliário. A seguir, serão abordados os processos que ocorrem incessantemente desde o início do século XXI, tanto na passagem de glebas rurais para lotes urbanos, quanto no ambiente construído, ou seja, áreas já urbanizadas e que tiveram sua infraestrutura conquistada pela sociedade civil organizada.

O uso e ocupação atualmente

No Mapa 2, é possível ver que o histórico de uso e ocupação apresentado ainda deixa sua marca. A região tem predominância de uso residencial e faltam empresas geradoras de emprego efetivo e bem remunerado. Também há poucas instituições de ensino e pesquisa, desenvolvimento de tecnologia (o Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia foi inaugurado somente em 2019, no Jardim Florence) e, menos ainda, áreas de lazer e cultura. Diante disso, a dependência do centro da cidade, localizado há 20 km, é sanada por apenas uma via de acesso (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2000).

Há, também, usos rurais e extrativismo de areia nas margens do Rio Capivari. É importante destacar que existem usos rurais em meio ao urbano e uso urbano no meio rural. E, no Mapa, também foi localizada a Rodovia dos Bandeirantes e o Shopping Parque das Bandeiras.

Mapa 2. Uso e ocupação do solo na região Noroeste em 2015¹⁰



Fonte: FUPAM, 2015. Elaborado pela autora.

Outros usos importantes são a Área de Proteção Ambiental do Campo Grande e o Parque Natural Municipal do Campo Grande, ambos criados em lei em 2011, mas que, somente agora, começaram a ganhar forma. Dentre os usos rurais estão grandes áreas de reflorestamento, chácaras de lazer, áreas de pastagem, clube recreativo, horticultura e floricultura. Ainda há a presença de antigas fazendas, como a Fazenda das Acácias (CAMPINAS, 2017).

Outro dado importante para a compreensão do mapa é o fato de que o diagnóstico apresentado pela Fundação Para a Pesquisa em Arquitetura e Ambiente (FUPAM), na revisão do Plano Diretor Estratégico de Campinas de 2018, não identificou o uso e ocupação do solo das áreas na cor branca. Tais áreas foram identificadas apenas como “áreas urbanas” em 2015, mas não têm seu uso

10 Mapa confeccionado a partir do mapa feito pela Fundação Para a Pesquisa em Arquitetura e Ambiente (FUPAM), da Universidade de São Paulo (USP). A consultoria FUPAM foi contratada pela Secretaria de Planejamento de Campinas para realizar um diagnóstico para o Plano Diretor Estratégico de Campinas de 2018. No ano de 2015, houve o mapeamento do uso real do solo em toda a cidade, bem como outros dados importantes. Algumas destas áreas atualmente têm usos urbanos e outras rurais, mas, em 2015, não foram caracterizadas durante o processo de diagnóstico. Para a confecção do Mapa 2, utilizou-se o Mapa de Uso e Ocupação Real do Solo de Campinas como base, para dar destaque à região Noroeste e detalhá-la.

caracterizado e, portanto, não entraram na vetorização do mapa elaborado pela pesquisadora.

Ainda, sobre a área de influência do Rio Capivari, deve ser mencionado que, em 2004, foi criada a Operação Urbana do Parque Linear do Rio Capivari (Lei Complementar nº 12/2004). Tal operação prevê intervenções urbanas coordenadas pela Prefeitura, proprietários de terras, usuários do rio e investidores na área de influência do Parque (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2007).

No processo de revisão do Plano Diretor, iniciado em 2015, houve contribuições da população ao apontar suas demandas. Foram reivindicadas maiores ações de recuperação ambiental, já que esta região possui muitas áreas que se encontram em estado de fragilidade ambiental e que são residência de muitas famílias (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2017).

Também é importante mencionar a Rodovia dos Bandeirantes, que se constitui como barreira física à integração espacial com o restante do território municipal. Ainda não existe uma via de acesso da região à rodovia. Este fato dificulta o acesso da população a outras partes da cidade, assim como às cidades vizinhas como, por exemplo, Hortolândia¹¹ e Sumaré, que vêm acentuando a conurbação com Campinas (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2017).

Uma das mais recentes e completas caracterizações da região foi encontrada no projeto do Corredor de Ônibus de BRT, apresentado em 2013. A região é dividida em “bacias”¹² e são descritas suas particularidades socioeconômicas.

A divisão espacial em bacias é definida como: Campo Grande (compreendendo a área do Terminal Campo Grande e Terminal Itajaí, até o final do distrito, no Jardim Bassoli); Jardim Florence (até a linha férrea, incluindo a região do novo loteamento chamado Bela Aliança Bairro & Parque) e Jardim Londres (comportando a região do bairro em questão, mas também o Shopping Parque das Bandeiras e os loteamentos Jardim Ibirapuera e Residencial Parque da Fazenda). E as características socioeconômicas:

- Campo Grande: urbanização mais recente, entre 1970 e 1990. Com uma ocupação de densidade média/alta e concentração de população de renda baixa e média-baixa. Ocupada principalmente por residências uni e

11 Hortolândia é uma das cidades que mais se destacam na RMC. Suas políticas de incentivos fiscais são atrativas desde a sua fundação. Nesta cidade estão instaladas importantes empresas, como a IBM, DELL, Magnetti Marelli, BS Continental, EMS-Sigma Pharma, entre outras. É interessante ver os processos de conurbação com esta cidade, bem como com Sumaré, que possui indústrias também importantes, e Monte Mor, que cresceu nos últimos anos (CAMPINAS, 2007).

12 Delimitações de áreas que serão abastecidas por determinadas linhas de ônibus que alimentarão, por sua vez, o corredor central de ônibus BRT da avenida John Boyd Dunlop.

multifamiliares, com terrenos de menor metragem, em loteamentos ou conjuntos habitacionais de habitação popular, em sua maioria, horizontais;

- **Satélite Íris:** área com loteamentos mais antigos, com os mais recentes datando de 1980 em diante. A população tem perfil de renda e habitação semelhante à bacia do Campo Grande, porém com bairros menos densos, principalmente o Cidade Satélite Íris, pois possui muitos lotes vagos; há também a presença do “lixão da Pirelli” e o Aterro Delta;
- **Jardim Londres:** possui três polos atratores de deslocamentos importantes, a PUC-Campinas, o Hospital Celso Pierro e o Shopping Parque das Bandeiras. E, diferentemente das bacias anteriores, essa possui intensa atividade comercial na avenida John Boyd Dunlop, mas também em outras avenidas e ruas do entorno. O perfil de renda desta bacia é maior que o das bacias anteriores e com potencial para a instalação de produtos imobiliários para as classes média e média-baixa – o Residencial Parque da Fazenda e o Jardim Ibirapuera. Também menciona a construção de um campus novo da FAC (Faculdade Comunitária de Campinas), da Anhanguera Educacional, atrás do Shopping Parque das Bandeiras.

Na época da realização desta pesquisa, estava em estágio de finalização o Residencial Sirius, com recursos provenientes do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e que resultou em 2,8 mil unidades habitacionais. Mas já eram apontados, assim como mais ao final da avenida, que seriam construídos novos empreendimentos, como o Bela Aliança Bairro & Parque, na antiga Fazenda Bela Aliança.

Um último e importante fator a ser mencionado é a inauguração do Jardim Bassoli. Este empreendimento do Minha Casa Minha Vida funcionou como importante extensor da malha urbana, localizado quase na divisa municipal com Monte-Mor. Este foi lançado em 2013 para atender à demanda de habitação daqueles que foram expulsos de uma ocupação irregular no bairro Jardim São Marcos, próximo a Barão Geraldo, ou seja, do outro lado da cidade. No entanto, o conjunto habitacional apresenta problemas estruturais e de acabamento desde a sua inauguração. E, em 2019, o residencial, que é investigado pelo Ministério Público Federal, apresentou risco de desabamento e a Defesa Civil determinou a evacuação de três unidades (RAMIREZ, 2019b).

A extensão da malha urbana na região pelo empreendimento do Minha Casa Minha Vida se assemelha à dinâmica constituída pelos empreendimentos do Banco Nacional de Habitação. Há um paralelo entre essas duas políticas públicas de produção de moradias populares: construção de moradias populares, com

também imobiliários, uma vez que envolvem o setor e aumentam drasticamente o preço da terra urbana por onde se instalam. Junto com eles, vêm novos empreendimentos, com o respaldo de legislação urbanística, o zoneamento do solo urbano e o Plano Diretor.

É importante se atentar à sequência de acontecimentos¹³:

- Apresentação do projeto de loteamento do Residencial Parque da Fazenda em 2003;
- Em 2004, o projeto do loteamento Jardim Ibirapuera;
- Entre 2005 e 2006, foi o início das articulações do Shopping Parque das Bandeiras, com apresentação de Relatório de Impacto Ambiental para obtenção de licenças prévia e para construção;
- Lei do Plano Diretor de Campinas de 2006:
 - Que instituiu o Campo Grande como sendo pertencente à Macrozona 5 – Área de Recuperação Ambiental, na qual, dita a “recuperação ambiental” como também por meio da expansão urbana;
 - Criou o Grupo de Análise de Empreendimentos Especiais (GAPE), cujo objetivo era o de poder analisar e aprovar empreendimentos em zoneamentos urbanos os quais não eram permitidos até então (Lei de Uso e Ocupação do Solo vigente era o de 1988, ou seja, desatualizada em relação ao crescimento da cidade em 2006);
- Em 2007, foi aprovado o Residencial Parque da Fazenda (que conta também com condomínio de apartamentos, o Terra Nature) cujas obras de terraplanagem se iniciam em 2008;
- Aprovação do projeto do Shopping Parque das Bandeiras, em 2009, e início da sua construção;
- Aprovação do novo loteamento Jardim Ibirapuera, em 2010, e início do processo de terraplanagem;
- Em 2011, foi instituída, por lei, a criação da Unidade de Conservação do Parque Natural Municipal do Campo Grande;
- Em 2012, o Shopping Parque das Bandeiras começa a funcionar;

13 Os acontecimentos listados são frutos de pesquisas na Secretaria de Planejamento e Urbanismo, através das consultas dos projetos dos empreendimentos e os seus protocolos, que foram possíveis de ler através da Lei de Acesso à Informação. São informações públicas e passíveis de serem consultadas por qualquer cidadão. Assim como as consultas nas leis dos Planos Diretores e Plano de Uso e Ocupação do Solo e acompanhamento dos seus processos de revisão enquanto pesquisadora e cidadã de Campinas.

- Entrada, também em 2012, no pedido de licenças do Bela Aliança Bairro & Parque no Comitê de Bacias do PCJ (Piracicaba, Jundiá e Capivari);
- Em 2013, a Empresa de Desenvolvimento Municipal de Campinas (EMDEC) apresentou o projeto de corredor de ônibus do BRT (Bus Rapid Transport);
- Entre 2015 e 2017 ocorreu a revisão da Lei do Plano Diretor, a qual foi adiada duas vezes por falta de participação popular;
- 2016 a 2017, marca o início das obras do Corredor de Ônibus do BRT;
- Em 2018, novas leis foram estabelecidas: Plano de Uso e Ocupação do Solo e do Plano Diretor Estratégico de Campinas, que instituíram novas diretrizes de uso e ocupação do solo além de novos macrozoneamentos de planejamento territorial – removendo, então, o GAPE do Plano de 2006;
- Aprovação do Bela Aliança Bairro & Parque em 2019, com o Parque Natural Municipal do Campo Grande como contrapartida do empreendimento.

Portanto, existe um volume de iniciativas do setor privado em consonância com o poder público que implementam empreendimentos importantes ao longo da avenida. E a população que trafega por ela percebe todos os dias a metamorfose constante do espaço.

Considerações finais

Ao refletir criticamente sobre o uso e ocupação do espaço, vemos os novos usos se sobrepondo aos antigos. E, para isto, além das pesquisas em leis, documentos oficiais e levantamentos bibliográficos, as pesquisas e trabalhos de campo dos novos empreendimentos foram importantes para caracterizar o espaço geográfico.

A pesquisa em outras fontes de dados, não somente nas oficiais do município, permitiu compreender que esta região periférica é alvo de especulação imobiliária há muito tempo. Por exemplo, o caso do Cidade Satélite Íris: produto imobiliário construído nos anos 1950, próximo a fábrica da Pirelli, com o público-alvo sendo seus trabalhadores e o atrativo de ser próximo ao verde, mas que recebeu, após duas décadas, o “lixão da Pirelli” ao seu lado.

Portanto, é preciso problematizar a relação do poder público com o setor imobiliário. São agentes de produção do espaço urbano que atuam seletivamente de acordo com seus interesses. Ao refletir sobre a história da urbanização no período, percebemos que a causalidade de suas ações em conjunto fazem a cidade o seu negócio em todo o recorte temporal e espacial abordado.

Com este breve histórico, nota-se que é o poder público, por meio de obras de infraestrutura (rodovias, ferrovias, corredor de ônibus de alta velocidade, aterro

sanitário, entre outros), e o setor imobiliário, com a instalação de prédios indústrias, loteamentos, condomínios e shopping center, que introduzem e/ou aceleram a expansão da área urbana do município.

Na região Noroeste, foi-se formando, ao longo dos anos, uma urbanização esparsa e repleta de vazios urbanos, com carência de Áreas Institucionais para a construção de novos Equipamentos Públicos Comunitários de educação, saúde e lazer¹⁴.

E, agora, estes vazios urbanos estão sendo preenchidos estrategicamente com produtos imobiliários para a classe média. Aproveitando-se da infraestrutura existente, transformando o ambiente construído e expandindo a urbanização, podendo vir a abarcar áreas que até então eram rurais e/ou com atividades extrativistas. Algumas de suas consequências podem ser perceptíveis agora, mas serão ainda mais no futuro, pois aumentarão o preço da terra e podem provocar a reestruturação urbana da região.

Os resultados apresentados neste artigo são preliminares e visam contribuir para pesquisas e reflexões futuras. São necessários novos estudos e análises para caracterizar uma região ainda pouco estudada, mas que possui um contexto rico em diversidade de metamorfoses urbanas que se acentuam neste momento.

Observação

Artigo fruto de pesquisa de mestrado em andamento com bolsa Capes/CNPq.

Referências

- BADARÓ, Ricardo. *Campinas: o despontar da modernidade*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Centro de Memória da UNICAMP, 1996.
- CAIADO, Maria.; PIRES, Maria. Campinas Metropolitana: Transformações na Estrutura Urbana Atual e Desafios Futuros. In: CUNHA, José. *Novas Metrôpoles Paulistas – População Vulnerabilidade e Segregação*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO), 2006.
- CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos. *A Região Metropolitana de Campinas: Urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, v. 1, 2002.
- CARLOS, Ana Fani. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo, SP: Edusp, 1994.
- CARLOS, Ana Fani. *Espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2004.
- COPOLA, Pedro. *Políticas de Planejamento Urbano na Cidade de Campinas: um estudo de caso sobre o bairro Cidade Satélite Íris*. Trabalho de conclusão de curso (Geografia) - Instituto de Geociências, Univesidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2016.
- CUNHA, José; JIMÉNEZ, Maren. Segregação e acúmulo de carências: localização da pobreza e condições educativas na Região Metropolitana de Campinas. In: CUNHA, José. *Novas Metrôpoles Paulistas – População Vulnerabilidade e Segregação*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO), 2006.

14 Informação coletada no protocolo do empreendimento Bela Aliança Bairro & Parque.

- FERRARI, Terezinha. *Fabricalização da cidade e ideologia da circulação*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- G1 CAMPINAS E REGIÃO. *Campinas é eleita cidade mais inteligente e conectada do país no Ranking Connected Smart Cities 2019*. G1. Campinas, SP, 17 set 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/09/17/campinas-e-eleita-cidade-mais-inteligente-e-conectada-do-pais-no-ranking-connected-smart-cities-2019.ghtml>. Acesso em 12 mar 2021.
- HELENE, Diana. A cidade das meninas: o Jardim Itatinga e o confinamento urbano da prostituição. In: *Anais da XVIII Semana de Planejamento Urbano e Regional – do território privado ao espaço público: os desafios contemporâneos ao planejamento, ao desenvolvimento e à gestão pública*. Rio de Janeiro, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.
- LENCIONI, Sandra. *Metrópole, metropolização e regionalização*. Rio de Janeiro, RJ: Consequência Editora, 2017.
- MARTINS, Alessandra. *Requalificação urbana: a Fazenda Roseira e a Comunidade Jongo Dito Ribeiro – Campinas/SP*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Centro de Ciências Exatas, Ambientais e Tecnológicas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, 2011.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- MESTRE, Ana Paula. *Os usos do território e as políticas urbanas: o Jardim Campo Belo no processo de fragmentação da cidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.
- PACÍFICO, Fernando. *Campinas define subprefeitura e vai realocar servidores em novos distritos*. G1, Campinas, SP, 13 abr 2015. Disponível em: <http://g1-globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2015/04/campinas-define-subprefeitura-e-vai-realocar-servidores-em-novos-distritos.html>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (PMC). *Plano Local de Gestão Urbana: Região do Campo Grande*. 2000.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (PMC). *Plano Local de Gestão: Macrozona 5*, 2007.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (PMC). *Plano Diretor Estratégico – caderno de subsídios*. 2017. Disponível em: <https://planodiretor.campinas.sp.gov.br>. Acesso em 19 out 2020.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (PMC). *Região Noroeste*. 2020. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/servicos-publicos/regioes/noroeste/index.php>. Acesso em 9 mar 2021.
- RAMIREZ, Alenita. *Estrutura do Bassoli põe em risco 60 famílias: desde que foi inaugurado, o residencial apresenta problemas estruturais e de acabamento nos imóveis, inclusive é alvo de investigação do MPF*. Correio Popular de Campinas, Campinas, SP, 14 dez 2019. 2019b. Disponível em: https://correio.rac.com.br/_conteudo/2019/12/campinas_e_rmc/888773-estrutura-do-bassoli-poe-em-risco-60-familias.html. Acesso em 16 out 2020.
- RODRIGUES, Arlete. *Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.
- RODRIGUES, Arlete. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. *Revista Cidade*, São Paulo, SP, v. 4, n. 6, 2007.
- SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada*. São Paulo: Edusp, 2009.
- SANTOS, Antonio da Costa. *Campinas, das Origens ao Futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732 - 1992)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.
- TAVARES, Jeferson. Eixos: novo paradigma do planejamento regional? Os eixos de infraestrutura nos PPA's nacionais, na Iirsa e na macrometrópole paulista. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 371-395, 2016.

Sobre a autora

Mayra Abboudi Brasco: é mestranda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), graduada em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) e em Tecnologia Ambiental pela mesma instituição. Desenvolve pesquisa nas áreas de Geografia Urbana e Urbanismo, Ciências Ambientais e Geoprocessamento. Atualmente faz parte do Problemática Ambiental e Urbana e do Núcleo de Pesquisa em História, Território e Tecnologia (NuPHiTT), ambos grupos de pesquisa da Unicamp.

* * *

ABSTRACT

Critical analysis of landing uses of northwest region of Campinas/SP

The markedly peripheral urbanization of the Northwest region of Campinas, with precarious urban infrastructure and environmental degradation, has undergone an intense spatial transformation since the beginning of the 21st century. However, in order to understand the spatial rearrangements currently induced, it is necessary to critically understand the land use and occupation and its evolution over time. To understand the spatial transformations that occurred, documents and laws from the Municipality of Campinas were consulted and previously published works, field work and data consultations were consulted at the Secretariat Of Planning and Urbanism of Campinas. As a form of analysis, the historical-dialectical materialism method was utilized as a way of understanding the particularity of the region in the totality of the urbanization process.

KEYWORDS: outskirts of Campinas/SP; land use and occupation; urban space agents; Campo Grande district, Campinas/SP; Northwest region of Campinas/SP.

RESUMEN

Análisis crítica del uso y ocupación de la región noroeste de Campinas/SP

La urbanización marcadamente periférica de la región noroeste de la ciudad de Campinas, con precaria infraestructura urbana y degradación ambiental, ha experimentado, desde principios del siglo XXI, una intensa transformación en su espacio. Sin embargo, para comprender los reordenamientos espaciales que se están produciendo actualmente, es necesario comprender críticamente el uso y ocupación del suelo y su evolución en el tiempo. Para comprender las transformaciones espaciales ocurridas, se consultaron documentos, leyes de la Municipality de Campinas y trabajos publicados previamente, y también trabajos de campo y consultas de datos en la Secretaría de Planificación y Urbanismo de Campinas. Como forma de análisis, el método del materialismo histórico-dialéctico se aplica a los estudios de la producción del espacio urbano, como una forma de entender la particularidad de la región en todo el proceso de urbanización.

PALABRAS CLAVE: periferia de Campinas/SP; uso y ocupación del suelo; agentes de producción del espacio urbano; Distrito de Campo Grande, Campinas/SP; Región noroeste de Campinas/SP.

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>